tado do Concurso. Mencionou questão relativa a documentos que também se colocava como obstáculo. Pontuou que não estavam pedindo um favor, mas, pleiteando o que era um direito. Pediu reunião com o titular da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), Alexandre Tinoco, e outro representante da Prefeitura. Lembrou o óbito de uma paciente não-atendida na rede municipal e ponderou que, talvez, ela pudesse ter sido salva se houvesse mais profissionais atuando. Dando continuidade à Tribuna Popular, a senhora Ticiana Barbosa, das Mães Unidas, discorreu sobre problemas educacionais relativos a crianças atípicas. Expôs que a falta de profissionais na rede municipal deixava as crianças sem atividades e que mais de 150 famílias estavam nessa situação. Ainda pela mesma representação, a senhora Miwky contou ter formulado um projeto para subsidiar o Projeto de Indicação n. 204/25, apresentado pelo vereador Hamilton Assis e para o qual pediu apoio. Pediu regulamentação para que os profissionais necessários tivessem a carreira estruturada através de cargos efetivos e não, dos vínculos precários atualmente existentes. Explicou que o tipo de ligação estabelecida com as crianças exigia essa estruturação na carreira. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Hamilton Assis destacou os problemas na Educação municipal e disse que os mais diversos interesses orientavam a colocação de profissionais no atendimento às crianças especiais, as quais se sujeitavam a pessoas despreparadas. Observou a ausência de profissionais de Apoio à Inclusão Escolar (APIs) para atuar junto a essas crianças. Criticou medida da Prefeitura que superlotava salas-de-aula, com prejuízo a professores e alunos. Sobre o Concurso para a Saúde, afirmou que a Atenção Básica não funcionava e que a Saúde era ocupada por funcionários em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). A vereadora Aladilce Souza parabenizou as Mães Unidas, colocando-se à sua disposição. Apontou a falta de APIs e, também, de psicólogos e outros profissionais para atender essas crianças. Comentou sobre as reivindicações dos professores em iminência de greve. Contou ter recebido, do MP, documento confirmando não haver óbice à homologação do Concurso para a Saúde e à convocação dos candidatos. Alertou sobre os 500 cargos em REDA que estavam prestes a se encerrar. O vereador Sílvio Humberto sublinhou que as crianças atípicas demandavam uma educação especial, mas vinham sendo atendidas por pessoas não-habilitadas a tanto. Defendeu concurso específico para essa atividade, com a devida formação para os profissionais. Também defendeu o pleito dos concursados da Saúde e criticou o abuso do REDA. A vereadora Marta Rodrigues declarou apoio aos oradores da Tribuna Popular e exigiu atendimento digno para as crianças atípicas. Contou ter estado na Defensoria Pública tratando dessa questão e destacou o prejuízo vivido pelas crianças. Pediu o apoio do senhor presidente, Cláudio Tinoco, sobre essa situação. Com relação ao Concurso da Saúde, contou ter enviado Ofício à Prefeitura indagando sobre o seu andamento. O vereador Cezar Leite discorreu sobre o adequado tratamento às crianças especiais e disse que havia problemas no atendimento, o que demandava ajustes. Afirmou que havia boa-vontade do prefeito sobre essa demanda e informou que levaria à Prefeitura os encaminhamentos necessários. O senhor presidente registrou a presença do vereador de Itapetinga Anderson da Nova, a quem convidou a compor a Mesa. A vereadora Eliete Paraguassu informou audiência pública com a mães atípicas do Subúrbio no dia 9. Convidou para a audiência as mães atípicas da Tribuna e discorreu sobre o tratamento especial necessário aos seus filhos. O senhor presidente declarou solidariedade quanto às duas questões trazidas à Tribuna Popular. Expôs que havia suspeita de fraude no Concurso da Saúde, o que ensejara um inquérito policial ainda em curso, cujo resultado esperava que viesse logo, para que o Concurso prosseguisse. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Anderson Ninho (29 de abril) e Teo Senna (5 a 15 de maio). No **Pinga-Fogo,** a vereadora Aladilce Souza destacou que o Concurso da Saúde fora muito esperado. Reiterou a posição oficial do MP quanto a inexistir óbice ao andamento do Concurso e apelou ao prefeito para que lhe desse seguimento. Apontou o mau funcionamento do atendimento na Saúde pela defasagem de pessoal e por outros problemas, como o não-pagamento de salários. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo disse que a SEMGE não poderia agir desconsiderando o inquérito sobre o Concurso. A vereadora Debora Santana criticou fala do governador Jerônimo Rodrigues que atacava eleitores do ex-Presidente Bolsonaro. Apontou incitação ao ódio, considerando essa fala inadmissível para um governador do Estado e destoante do espírito democrático. Defendeu o respeito institucional e relacionou tal atitude à gestão do governador. A vereadora Marta Rodrigues reportou a explicação do governador de que sua fala fora descontextualizada. Afirmou que o debate necessário era sobre *deficit* financeiro na Prefeitura, o qual detalhou, dizendo que aguardava informações já pedidas à Prefeitura. Contou que já acompanhava a situação das finanças e afirmou que o montante do *deficit* seria maior do que o apurado. A vereadora Marcelle Moraes relatou abandono de animal na Praia do Flamengo. Informou Proposição para que os que abandonavam animais colocando-os para fora de seus veículos perdessem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Expressou afeto ao vereador de Itapetinga, estimando que construiriam políticas sobre os animais. Pediu que se concedesse um breve tempo de fala a esse vereador, o que foi consentido por todos. O vereador de Itapetinga, Anderson da Nova, afirmou a importância do intercâmbio entre edis e destacou o bem das pessoas e dos animais como meta no Estado. A vereadora Cris Correia associou-se à vereadora Debora Santana. Esclareceu que não o fazia para defender um ex-Presidente, mas, por repudiar a agressiva fala do governador. Refutou a ideia de descontextualização, sublinhando a clareza dessa fala e o seu teor antidemocrático. Lembrou a reação contrária da Oposição a uma fala hostil ao Presidente Lula. Disse que, como estadista, o governador deveria cumprir o seu papel, ciente da responsabilidade que tinha sobre o que dizia. Apontou incoerência em defender a democracia e declarar que opositores deveriam ser jogados numa vala. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança da Oposição, o vereador Sílvio Humberto declarou conhecer o governador Jerônimo Rodrigues como colega na Universidade e asseverou que ele defendia a democracia de modo autêntico. Considerou que a violência permeava o debate político, o qual deveria ser "desarmado" em nome da capacidade de se ouvir o divergente. Afirmou que esse problema viera com o advento de um grupo político que promovia discursos de ódio. Defendeu que se olhasse para a frente, atentando às questões que atingiam o País, o que situou no papel da política. Pela Liderança do Governo, o vereador Alexandre Aleluia anunciou Moção de Repúdio, sua e do vereador Cezar Leite, à fala do governador. Reproduziu as palavras por ele usadas, afirmando que a ideia de jogar opositores em valas, como dito por ele, remetia às práticas de ditadores genocidas como Stalin, Hitler e Pol Pot. Pela mesma representação, o vereador André Fraga comentou sobre um homem ferido em assalto muma ciclovia na Paralela, a qual era administrada pela empresa CCR. Destacou a violência que crescia e apelou à Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado que tomasse providências sobre a ciclovia. O vereador Cezar Leite leu as palavras do governador do Estado, relacionando-as ao discurso de narcotraficantes. Disse que o governador agia de uma forma polida diante das câmeras, mas se expressava de outro modo em situações diversas. Exigiu que ele respeitasse seus opositores e citou o Código Penal quanto à incitação ao ódio e a posturas antidemocráticas. Pediu que o governador viesse à CMS para reiterar, pessoalmente, as palavras ditas. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo contou ter estado no evento de criação da federação partidária entre o União Brasil e o PP, a qual passava a ter 12 edis na Casa. Mencionou a fraude no INSS. Em comunicação inadiável, o vereador Hamilton Assis informou assembleia de professores, com alunos e pais de alunos, no dia seguinte, às 9h. Disse que a oferta do prefeito nem se aproximava da demanda da categoria. Em comunicação inadiável, o vereador Anderson Ninho destacou sero Dia do Lider Comunitário, lembrando que seu mandato derivara dessa atividade e saudando os líderes da Cidade. Foi secundado pelo senhor presidente. A vereadora Aladilce Souza discorreu sobre fraude no âmbito da coleta de lixo. Esclareceu que não responsabilizava, quanto a isso, o prefeito Bruno Reis, mas que buscava fiscalizar e apurar questões como a falta de um montante milionário para a Educação municipal e a cara reforma no imóvel de um empresário do setor da limpeza. Defendeu Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre a questão. Assumiu a Presidência o vereador Kiki Bispo. O vereador Cláudio Tinoco disse que a Oposição distorcia fatos. Declarou que a Operação *Overclean* era uma investigação em âmbito federal, enquanto a fraude no INSS era um fato criminoso evidente, envolvendo um montante equivalente a metade do Orçamento de Salvador. Descreveu o *modus operandi* dos fraudadores, que lesavam pessoas idosas. Observou que o ministro da Previdência e um sindicalista irmão do Presidente Lula tinham proximidade pessoal com os que promoveram a fraude. Sobre a fala do governador do Estado, declarou-se representado pelos discursos dos vereadores Alexandre Aleluia e Cezar Leite. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
ALEXANDRE ALELUIA	12 e 13/05/2025	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)
FELIPE SANTANA	05/05/2025	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
IREUDA SILVA	05/05/2025	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)
MARCELLE MORAES	29/04/2025	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)
RANDERSON LEAL	28/04, 29/04 e 05/05/2025	Art.17, inciso II, Res. 910/91 (Compilação)

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL

Resumo de Dispensa de Licitação

Dispensa de Licitação nº:	90005/2025
Processo CMS:	218 de 11 de fevereiro de 2025
Parecer Jurídico nº:	89/2025
Contratante:	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Contratada:	INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E FÍSICA MÉDICA LTDA
CNPJ nº:	41.175.980/0001-40
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa prestadora de serviço que faça emissão de laudo de Levantamento Radiométrico e Teste de Conformidade do aparelho de raio-x de consultório odontológico.
Vigência:	Conforme as disposições previstas no instrumento de contrato, ou equivalente.
Valor:	R$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais).
Base Legal:	Lei Federal n° 14.133/2021, em especial o seu art. 75, II
Dot. Orçamentária:	01.031.0016.250101; 33.90.39 1.500.1
Ratificação:	12/05/2025

ADRIANO MOTTA GALLO
Diretor Geral/CMS